



Visão do STJ

*JULGAMENTOS COM
PERSPECTIVA DE GÊNERO*

Dezembro/2024

COMPOSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2024

Ministro Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin** (Presidente)
Ministro **Luis Felipe Salomão** (Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Federal)
Ministro **Francisco** Cândido de Melo **Falcão** Neto
Ministra Fátima **Nancy Andrichi**
Ministro **João Otávio de Noronha**
Ministro **Humberto** Eustáquio Soares **Martins**
Ministra **Maria Thereza** Rocha **de Assis Moura**
Ministro Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes**
Ministro **Mauro** Luiz **Campbell Marques** (Corregedor Nacional de Justiça)
Ministro **Benedito Gonçalves** (Diretor-Geral da Enfam)
Ministro **Raul Araújo** Filho
Ministra Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues (Vice-Diretora da Enfam)
Ministro **Antonio Carlos Ferreira** (Diretor da Revista)
Ministro Ricardo **Villas Bôas Cueva**
Ministro **Sebastião** Alves dos **Reis Júnior**
Ministro **Marco** Aurélio Gastaldi **Buzzi**
Ministro **Marco Aurélio Bellizze** Oliveira
Ministro **Sérgio** Luíz **Kukina**
Ministro Paulo Dias de **Moura Ribeiro**
Ministra **Regina Helena Costa**
Ministro **Rogério Schietti** Machado **Cruz**
Ministro Luiz Alberto **Gurgel de Faria** (Min. Ouvidor)
Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca** (Min. Ouvidor Substituto)
Ministro Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**
Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**
Ministro **Joel Ilan Paciornik**
Ministro **Paulo Sérgio Domingues**
Ministro **Messod Azulay Neto**
Ministro **Teodoro Silva Santos**
Ministro José **Afrânio Vilela**
Ministra **Daniela Rodrigues Teixeira**

Diretor-Geral: **Sergio Americo Pedreira**

Sumário

1. Disposições gerais	4
1.1 Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça;	4
1.2 Direitos das pessoas transgêneros	5
2. No Direito de Família	7
2.1 Competência	8
2.1.1 Ação de reconhecimento e dissolução de união estável, mulher em situação de violência doméstica	8
2.2 Arbitramento de aluguel.....	8
3. No Direito do Consumidor	9
4. No Direito Administrativo	10
4.1 Concurso público/Curso formação.....	10
4.2 Promoção de servidores militares	12
5. No Direito Previdenciário	13
6. No Direito Penal	14
6.1 Violência doméstica	14
6.1.1 Lesão corporal.....	14
6.1.2 Não incidência do princípio da insignificância.....	16
6.1.3 Inadmissibilidade da utilização da tese de legítima defesa	17
6.1.4 Dispensa do exame de corpo de delito	18
6.1.5 Danos morais	19
6.2 Aplicação da Lei Maria da Penha	21
6.2.1 Caracterização da mulher	21
6.2.2 Caracterização da violência doméstica.....	22
6.2.3 Suspensão condicional do processo e transação penal.....	23
6.2.4 Medidas protetivas	24
6.2.5 Pornografia e condutas sexuais ofensivas.....	27
6.2.6 Pena de multa	28
6.3 Estupro de vulnerável.....	29
6.4 Dosimetria	30
6.5 Execução penal	33

1.

Disposições gerais

1.1 Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça

No contexto de violência doméstica contra a mulher, a decisão que homologa o arquivamento do inquérito deve observar a devida diligência na investigação e os aspectos básicos do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça, em especial quanto à valoração da palavra da vítima.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 785 - 5 de setembro de 2023. RMS 70.338-SP.](#)

Referência legislativa:

Arts. 1.º e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto n. 678/1992), art. 7.º, alínea b, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Decreto n. 1.973/1996) e Resolução n. 492/2023 do CNJ.



ARTIGOS DE REVISTAS

2023

Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero: abertura para uma mudança epistemológica no direito e na prática jurídica no Brasil

Samia Moda Cirino; Júlia Maria Feliciano
Direito público, v. 20, n. 106, p. 247-271, abr./jun. 2023.
[Texto de acesso aberto](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2023

Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero: nova abordagem de desigualdades estruturais

Morgana de Almeida Richa
Publicado em: CORRÊA, Lelio Bentes; DELGADO, Maurício Godinho; PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen; COSTA, Dora Maria da; ARRUDA, Kátia Magalhães; ARANTES, Delaíde Alves Miranda; MALLMANN, Maria Helena; RICH, Morgana de Almeida; CHAIB, Liana (coord.). Coleção estudos Enamat. Brasília: Enamat, 2023, p. 275-291, v. 7.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

2021

Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero

[Texto de acesso aberto](#)

1.2 Direitos das pessoas transgêneros

A pessoa transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização.

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Pesquisa Pronta](#)

EDIÇÃO N. 138, publicado em 29 de novembro de 2019. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 608 - 30 de agosto de 2017. REsp 1.626.739-RS.](#)

Repercussão Geral no [STF Supremo Tribunal Federal](#)

É obrigatória a cobertura, pela operadora do plano de saúde, de cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses em mulher transexual, pois se trata de procedimentos prescritos por médico assistente, reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e listados no rol da Agência Nacional de Saúde (ANS).

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 798 - 12 de dezembro de 2023. REsp 2.097.812-MG.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2024

Pessoa transgênero: mudança do nome registral para o nome social (jurisprudência e legislação)

Luiz Cezar Nicolau; Eduardo Cambi

Revista dos tribunais, v. 113, n. 1064, p. 161-182, jun. 2024.

[Texto de acesso restrito](#)

2023

Atletas transgênero e esportes de elite: uma revisão científica

Canadian Centre for Ethics in Sports

Revista Direito e Sexualidade, v. 4, n. 1, p. 190-198, jan./jun. 2023.

[Texto de acesso aberto](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2021

Mulheres transgênero, Maria da Penha e autoridade policial

Fernanda Lima Moretzshonh de Mello; Patrícia Burin

Publicado em: MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug; MACIEL, Renata Mota (coord.); RODRIGUES, Patrícia Pacheco; ALVES, Samira Rodrigues Pereira (org.).

A Constituição por elas: a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres.

São Paulo: UNINOVE, 2021, p. 1033-1041.

[Texto de acesso aberto](#)



LIVROS

2020

Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro

Caio Benevides Pedra

Dados da edição: Appris, 2020

Localização: STJ

No Direito de Família



ARTIGOS DE REVISTAS

2022

A invisibilidade da violência patrimonial na vara de família e a perpetuação da desigualdade de gênero

Ana Beatriz Rutowitsch Bicalho

Revista da Emerj, v. 24, n. 3, p. 53-73, set./dez. 2022.

[Texto de acesso aberto](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2023

O estupro marital e as consequências jurídicas em relação à Lei Maria da Penha

Gislaine Fernandes de Oliveira Mascarenha Aureliano

Publicado em: HAMMERSCHMIDT, Denise. Tratado dos direitos das mulheres = Treatise of women rights. 3. ed. rev., atual. e ampl.. Curitiba: Juruá, 2023, p. 393-403.

Localização: STJ, TST, CLDF, CAM

2014

Guarda de filhos na situação de violência doméstica e familiar contra a mulher: a necessária perspectiva do gênero

Ela Wiecko Volmer de Castilho; André Luiz Pereira de Oliveira

Publicado em: GONÇALVES, Camila Figueiredo Oliveira; SALES, Gabrielle Bezerra; QUARANTA, Roberta Madeira (org.). 1988 a 2002: a constitucionalização do direito civil brasileiro. Fortaleza: Unichristus, 2014, p. 106-118.

Localização: STJ, STF, SEN



LIVROS

2012

Agressão conjugal mútua: justiça restaurativa e Lei Maria da Penha

Ivonete Granjeiro

Dados da edição: Juruá, 2012.

Localização: STJ, STF, SEN, TJDFT

2.1 Competência

2.1.1 Ação de reconhecimento e dissolução de união estável, mulher em situação de violência doméstica

A mulher em situação de violência doméstica pode optar pelo foro de seu domicílio ou de sua residência para o ajuizamento de ação de reconhecimento e dissolução de união estável.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2020

A violência doméstica contra a mulher em tempos de isolamento pela Covid-19: o divórcio e a dissolução da união estável da Lei nº 13.894/2019 como meio de proteção

Karolinne Victória José da Silva Zarro; Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral; Gilberto Fachetti Silvestre

Revista nacional de direito de família e sucessões, v. 7, n. 38, p. 61-75, set./out. 2020.

[Texto de acesso restrito](#)

2017

A vara da família é a competente para apreciar e julgar pedido de reconhecimento e dissolução de união estável homoafetiva

Leandro Reinaldo da Cunha

Revista dos tribunais, v. 106, n. 984, p. 305-315, out. 2017.

[Texto de acesso restrito](#)

2.2 Arbitramento de aluguel

Não é cabível o arbitramento de aluguel em desfavor da coproprietária vítima de violência doméstica e familiar, que, em razão da decretação de medida protetiva de urgência, detém o uso e gozo exclusivo do imóvel que possui em cotitularidade com o agressor.

(JT Ed. 210) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 724 - 14 de fevereiro de 2022. REsp 1.966.556-SP.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2015

Regime de bens do casamento e possibilidade de arbitramento de aluguel entre cônjuges

Fernanda Fernandes Galluci

Revista de direito de família e das sucessões, v. 2, n. 3, p. 113-124, jan./mar. 2015.

[Texto de acesso restrito.](#)

3.

No Direito do Consumidor

É possível responsabilizar civilmente laboratório que distribui medicamento anticoncepcional ineficaz, sem princípio ativo, e, assim, frustra a opção de a consumidora escolher o melhor momento para gravidez.

(JT Ed. 210)STJ - [Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 380 - 8 a 12 de dezembro de 2008.](#)

O resultado falso negativo de exame de DNA realizado para fins de investigação de paternidade implica responsabilidade objetiva do laboratório por danos morais à genitora, pois atinge de maneira grave sua honra e reputação.

(JT Ed. 210)STJ - [Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 660 - 6 de dezembro de 2019. REsp 1.700.827-PR.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2004

A falibilidade do exame de DNA: necessidade de revisão da postura dos julgadores nas ações de investigação de paternidade

Hamilton de Oliveira Martins Neto

Revista da Faculdade de Direito de Campos, v. 4/5, n. 4/5, p. 583-607, 2003/2004.

[Texto de acesso aberto](#)

2017

A gravidez indevida e o conseqüente nascimento de uma criança podem ser considerados um dano? Uma análise da determinação e da extensão dos danos decorrentes de "wrongful conception"

Caroline Sátiro de Holanda

Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 4, n. 12, p. 253-296, jul./set. 2017

[Texto de acesso restrito](#)

4.

No Direito Administrativo

4.1 Concurso público/Curso formação

É possível a remarcação de curso de formação ou de teste de aptidão física - TAF em concurso público com o objetivo de proporcionar a participação de candidata gestante ou lactante à época de sua realização, independentemente de previsão expressa nesse sentido no edital.

(JT Ed. 210) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



Repercussão Geral no [STF Supremo Tribunal Federal](#)

[STJ - Pesquisa Pronta](#)

[Jurisprudência em Teses ed. 9 tema 12 STJ](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 645 - 26 de abril de 2019. RMS 52.622-MG.](#)

A diferenciação de critério de altura mínima entre homem e mulher para ingresso, mediante concurso, nas carreiras militares, por si só, não ofende o princípio da isonomia.

(JT Ed. 210)STJ - Jurisprudência em Teses



ARTIGOS DE REVISTAS

2017

Gênero, espaço público e poder: uma análise sobre a composição das comissões examinadoras de concurso da magistratura

Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Publicum, v. 4, n. 1, p. 352-370, 2017.

[Texto de acesso aberto](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2019

Comunidade LGBTI+: mapeando intervenções em serviços públicos do Distrito Federal

Matheus da Silva Neves

Publicado em: MELO, Edelamare (org.). Negro/a, quilombola, religioso/a de matriz africana: preconceito, racismo, intolerância e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo. Belo Horizonte: RTM, 2019, p. 351-371.

Localização: STF, TST, SEN, CAM



LIVROS

2021

Debates de gênero na Polícia Militar do Paraná: discussão da constitucionalidade do edital e o limite de vagas para mulheres

Leônidas Vinício Borges dos Santos; Juliana Luiza Mazaro

Revista Direito e Sexualidade, v. 2, n. 2, p. 1-27, jul./dez. 2021

[Texto de acesso aberto](#)

4.2 Promoção de servidores militares

O estabelecimento de critérios diferenciados para promoção de militares, em razão das peculiaridades de gênero, não ofende os princípios da igualdade e isonomia.

(JT Ed. 210)STJ - Jurisprudência em Teses



ARTIGOS DE REVISTAS

2023

Reflexões sobre o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero na Justiça Militar da União

Monick de Souza Quintas

Revista do Ministério Público Militar, v. 48, n. 39, t. 2, p. 159–181, maio 2023.

Localização: STF, STM, CAM



CAPÍTULOS DE LIVROS

2023

A aplicação do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero na Justiça Militar

Mariana Aquino

Publicado em: MIGUEL, Claudio Amin (coord.). Direito militar em foco: Associação dos Juizes Federais da Justiça Militar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023, v. 1, p. 215–227.

2022

A violência de gênero contra a mulher militar

Mariana Aquino

Publicado em: FREITAS, Flávio Henrique Albuquerque de; ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira; CRUZ, Reginalda dos Santos de Melo da (coord.); CRUZ, Reginalda dos Santos de Melo da (org.). 10 anos de atuação na justiça militar: homenagem ao ministro general de exército Luis Carlos Gomes Mattos. Brasília: Gabinete da ministra Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, 2022, p. 402–411.

Localização: STJ, STF, STM

5.

No Direito Previdenciário

Os documentos nos quais conste o genitor, o cônjuge ou o companheiro como lavrador são início de prova material razoável para o reconhecimento da condição de rurícola da mulher, pois esta funciona como extensão da qualidade de segurado especial daquele.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 522 - 1º de agosto de 2013.](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 505 - 20 de setembro a 3 de outubro de 2012.](#)

A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente. (Súmula n. 336/STJ)

(JT Ed. 210) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Súmula Anotada n. 336](#)

EDIÇÃO N. 65, publicado em 07 de setembro de 2016. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 318 - 23 a 27 de abril de 2007.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2018

O transgênero e o direito previdenciário: omissão legislativa e insegurança jurídica no acesso aos benefícios

Dirceu Pereira Siqueira; Danilo Henrique Nunes

Juris poesis: revista do curso de direito da Universidade Estácio de Sá, v. 21, n. 25, p. 50-67, abr./dez. 2018.

[Texto de acesso aberto](#)

2022

A transgeneridade à luz do modelo previdenciário brasileiro: uma discussão sobre gênero e vulnerabilidade como requisito para a diferenciação de regras

Hadassa Chaves Silveira; Marília Oliveira de Queiroz

Revista brasileira de direito previdenciário, v. 11, n. 66, p. 147-159, dez./jan. 2021/2022.

[Texto de acesso restrito](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2021

Equidade de gênero em matéria previdenciária: um estudo a partir de dois precedentes do Supremo Tribunal Federal

Desdêmona Tenório de Brito Toledo Arruda

Publicado em: MACIEL, Renata Mota; MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug (coord.); RODRIGUES, Patrícia Pacheco; ALVES, Samira Rodrigues Pereira (org.).

A Constituição por elas: a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres. São Paulo: UNINOVE, 2021. P. 1704-1711.

[Texto de acesso aberto](#)



LIVROS

2021

Julgamento com perspectiva de gênero: um guia para o direito previdenciário

Tani Mara Wurster; Clara da Mota Santos Pimenta Alves (coordenadoras)

[Texto de acesso aberto](#)

6.

No Direito Penal

6.1 Violência doméstica

6.1.1 Lesão corporal

A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada. (Súmula n. 542/STJ)

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Súmula Anotada n. 542](#)

[STJ - Repetitivos e IACs Anotados](#)

EDIÇÃO N. 41, publicado em 16 de setembro de 2015. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 604 - 21 de junho de 2017. Pet 11.805-DF.](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 567 - 21 de agosto a 2 de setembro de 2015.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2012

O crime de lesão corporal leve no contexto de violência doméstica (art. 129, § 9º, do CP) após o julgamento da ADI 4.424 e da ADC 19 pelo STF

Matheus Silveira Pupo

Boletim IBCCrim, v. 20, n. 234, p. 11-12, maio 2012.

Localização: STJ, STF



CAPÍTULOS DE LIVROS

2018

Lesão corporal com violência doméstica familiar contra a mulher: persecução penal e vontade da vítima

Henrique Hoffmann

Publicado em: SANTOS, Cleopas Isaías; SILVA, Jaqueline Valadares da (org.). Lei Maria da Penha: comentários artigo por artigo e estudos doutrinários. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, p. 167-182.

Localização: STJ, CAM, SEN, TJDF

2017

O crime de lesão corporal, ainda que leve ou culposo, praticado contra a mulher no âmbito das relações domésticas e familiares, deve ser processado mediante ação penal pública incondicionada

Victor Gabriel Rodriguez

Publicado em: ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho (coord.). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito penal, v. 9, n. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 429-445.

Localização: STJ, STF, TJDF

6.1.2 Não incidência do princípio da insignificância

É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas. (Súmula n. 589/STJ)

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Súmula Anotada n. 589](#)

[STJ - Pesquisa Pronta](#)

EDIÇÃO N. 41, publicado em 16 de setembro de 2015. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2023

Da (in)aplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes eleitorais de violência política contra as candidatas e políticas mulheres

Denise Hammerschmidt

Publicado em: HAMMERSCHMIDT, Denise (coord.). Tratado dos direitos das mulheres 3. ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Juruá, 2023, p. 931-940.

Localização: STJ, CLDF, TST, CAM

2021

O princípio da insignificância e sua (in)aplicabilidade na violência doméstica e familiar contra a mulher

Camilla Safe Maier Hage

Publicado em: MACIEL, Renata Mota; MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug (coord.); RODRIGUES, Patrícia Pacheco; ALVES, Samira Rodrigues Pereira (org.). A Constituição por elas: a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres. São Paulo: UNINOVE, 2021, p. 1137-1147.

[Texto de acesso aberto](#)

2020

Princípio da insignificância e violência doméstica e familiar contra a mulher

Alice Bianchini

Publicado em: CUNHA, Rogério Sanches (org.). Atualidades do direito: obra em homenagem ao professor Luiz Flávio Gomes. São Paulo: JusPODIVM, 2020, p. 381-399.

Localização: STF, TJDFT

6.1.3 Inadmissibilidade da utilização da tese de legítima defesa

É inadmissível a utilização da tese da “legítima defesa da honra” como argumento no feminicídio e nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois se trata de alegação discriminatória que contribui para a perpetuação da violência de gênero.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência Edição Extraordinária n. 4 - 31 de janeiro de 2022. RHC 136.911-MT.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2020

Há limites no Tribunal do Júri? Breves considerações acerca do emprego de discursos jurídicos violadores de direitos das vítimas do feminicídio

Érika Costa da Silva

Revista liberdades, n. 29, p. 173–204, jan./jun. 2020.

[Texto de acesso aberto.](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2021

Feminicídio: por que matam nossas mulheres? Uma pequena abordagem sobre violência e machismo estrutural

Maria Dionne de Araújo Felipe

Publicado em: GUIMARÃES, Juliana Pita; SANTOS, Herta Rani Teles (org.). O poder feminino: entre percursos e desafios: análises sobre políticas públicas, liderança feminina e tributação. Belo Horizonte: Arraes, 2021, p. 103–109.

Localização: STJ, STF, SEN, CAM, CLDF



LIVROS

2021

A paixão no banco dos réus: casos passionais e feminicídio: de Pontes Visgueiro a Elize Matsunaga

Luiza Nagib Eluf

Dados da edição: Saraiva Jur, 2021.

Localização: STJ

6.1.4 Dispensa do exame de corpo de delito

No contexto de violência doméstica, é possível a dispensa do exame de corpo de delito em crime de lesão corporal na hipótese de subsistirem outras provas idôneas da materialidade do crime.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 777 - 6 de junho de 2023. AgRg no AREsp 2.078.054-DF.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2015

O exame de corpo de delito no Projeto do Código de processo penal

Sergio Demoro Hamilton

Revista Magister: direito penal e processual penal, v. 12, n. 67, p. 92-98, ago./set. 2015.

Localização: STJ, STF, STM, SEN

2013

Ausência de corpo de delito e legitimidade do MP em crimes de estupro

Eudes Quintino de Oliveira Júnior

ADV advocacia dinâmica informativo, n. 11, p. 174-173, 15 mar. 2013.

Localização: STJ, STF, CAM, TJDFT



CAPÍTULOS DE LIVROS

2014

A difícil análise da indispensabilidade do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios: a supremacia dos princípios constitucionais da presunção de inocência e da dignidade da pessoa humana frente à persecução penal estatal

Karina Romualdo Conegundes

Publicado em: DEL NERO, Patrícia Aurélia; GUERRA, Roberta Freitas; SILVA, Fernando Laércio Alves da. Neoconstitucionalismo em perspectiva. Viçosa: UFV, 2014, p. 255-280.

6.1.5 Danos morais

Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória. (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 - TEMA 983)

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Repetitivos e IACs Anotados](#)

[STJ - Pesquisa Pronta](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 621 - 6 de abril de 2018. REsp 1.643.051-MS.](#)

No âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, a indenização por dano moral é *in re ipsa* (presumida), ou seja, surge da própria conduta típica, independentemente de produção de prova específica.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Repetitivos e IACs Anotados](#)

[STJ - Pesquisa Pronta](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 621 - 6 de abril de 2018. REsp 1.643.051-MS.](#)

É admissível a condenação do advogado a reparar os danos morais causados à parte adversária em virtude do uso, em ação de investigação de paternidade, de ofensas gratuitas tendentes a desqualificar a conduta, a imagem e a reputação da mãe biológica, dissociadas de defesa técnica, por meio de um discurso odioso, sexista, machista e misógino.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2023

A reparação dos danos morais decorrentes da violência doméstica

Dione Almeida Santos; Ana Elisa Almeida e Fernandes

Revista nacional de direito de família e sucessões, v. 10, n. 56, p. 154-166, set./out. 2023.

[Texto de acesso restrito](#)

2023

Inacessibilidade à justiça para mulheres: alienação parental e pedido de danos morais no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entre 2000 e 2019

Fabiana Cristina Severi; Camila Maria de Lima Villarroel

Revista direito e liberdade, v. 25, n. 3, set./dez. 2023.

[Texto de acesso aberto](#)

2019

Danos morais às mulheres nas relações de trabalho

Giselle Meira Kersten; Marcelo Gitirana Gomes Ferreira; Paulo Roberto Ramos Alves

Revista eletrônica direito e política, v. 14, n. 1, p. 30-60 2019.

[Texto de acesso aberto](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2018

Direitos humanos das mulheres: violência obstétrica e suas consequências: danos morais

Marilane Lopes Ribeiro

Publicado em: RIBEIRO, Marilane Lopes; SILVA, Edson Oliveira da; PAIVA, Frederico Santos; GERALDINO FILHO, Gilberto; GAMBETA, James Hallison. Temas contemporâneos de direito latino-americano. Brasília: Editora Kiron, 2018, p. 171-190.

Localização: STJ, STF, SEN, AGU, TJDFT, TST

6.2 Aplicação da Lei Maria da Penha

6.2.1 Caracterização da mulher

A vulnerabilidade, hipossuficiência ou fragilidade da mulher têm-se como presumidas nas circunstâncias descritas na Lei n. 11.340/2006.

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Pesquisa Pronta](#)

EDIÇÃO N. 41, publicado em 16 de setembro de 2015. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 539 - 15 de maio de 2014.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2024

O dia internacional da mulher: uma data de reafirmação dos direitos inerentes à condição feminina

José Celso de Mello Filho

[Texto de acesso aberto](#)

2022

A visão aristotélica da mulher é a origem da violência doméstica da atualidade?

Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello; Carolina Noura de Moraes Rêgo
Interesse público, v. 24, n. 132, p. 51-66, mar./abr. 2022.

Localização: STJ, STF, AGU, TCDF, TJDFT



LIVROS

2024

Violência contra a mulher

Dulcielly Nóbrega de Almeida; Giovana Dal Bianco Perlin; Luis Henrique Vogel; organizadora Alessandra Nardoni Watanabe.

Dados da edição: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024.

[Texto de acesso aberto](#)

6.2.2 Caracterização da violência doméstica

Para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) não se exige a coabitação entre autor e vítima. (Súmula n. 600/STJ)

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Súmula Anotada n. 600](#)

EDIÇÃO N. 41, publicado em 16 de setembro de 2015. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 551 - 3 de dezembro de 2014.](#)

É possível a aplicação da Lei Maria da Penha no caso de violência doméstica praticada contra empregada doméstica.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

Referência legislativa:

Art. 5º, I, da Lei n. 11.340/2006.

É possível aplicar a Lei Maria da Penha no caso de violência praticada por neto contra avó.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 671 - 5 de junho de 2020. AgRg no AREsp 1.626.825-GO.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2009

A abrangência da definição de violência doméstica

Cezar Roberto Bitencourt

Boletim IBCCrim, v. 17, n. 198, p. 8-10, maio 2009.

Localização: STF



LIVROS

2024

Violência doméstica: Lei Maria da Penha – 11.340/2006: comentada artigo por artigo

Rogério Sanches Cunha; Ronaldo Batista Pinto

Dados da edição: JusPODIVM, 2024.

Localização: STJ

2023

Violência doméstica e políticas públicas de enfrentamento

Ana Paula Lamego Balbino

Dados da edição: Mizuno, 2023.

2017

A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo

Alberto Carvalho Amaral

Dados da edição: D'Plácido, 2017.

6.2.3 Suspensão condicional do processo e transação penal

A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. (Súmula n. 536/STJ).

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Súmula Anotada n. 536](#)

EDIÇÃO N. 93, publicado em 14 de novembro de 2017. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 539 - 15 de maio de 2014.](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 382 - 2 a 6 de fevereiro de 2009.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2013

A questão da suspensão condicional do processo nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher

Orlandino Gleizer Klotz de Almeida

Boletim IBCCrim, v. 21, n. 251, p. 15-16, out. 2013.

Localização: STJ, STF, CAM



CAPÍTULOS DE LIVROS

2017

A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha: (Súmula 536 do STJ)

Víctor Gabriel Rodriguez

Publicado em: ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho (coord). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito penal, v. 9, n. 1. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2017-, p. 479-491.

Localização: STJ, STF, TJDF

2018

Uma (necessária) revisitação aos aspectos processuais da Lei Maria da Penha: apontamentos sobre o afastamento da Lei nº 9.099, a disponibilidade da ação penal e a (in)aplicabilidade da suspensão condicional do processo no âmbito da Lei nº. 11.340/06

Ítalo Menezes Rabelo

Publicado em: APOLIANO JÚNIOR, Ariston Chagas; LIMA, Marcelo de Carvalho; TEIXEIRA, Márcio Aleandro Correia (org.). Direitos humanos e execução penal: estudos em homenagem ao Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho. São Luís: EDUFMA, 2018, p. 401-432.

Localização: STJ, STF

6.2.4 Medidas protetivas

As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 são aplicáveis às minorias, como transexuais, transgêneros, cisgêneros e travestis em situação de violência doméstica, afastado o aspecto meramente biológico.

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



EDIÇÃO N. 205, publicado em 09 de dezembro de 2022. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 732 - 11 de abril de 2022. Processo em segredo de justiça.](#)

Nos delitos praticados em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher não é possível a consunção entre o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência e o crime de ameaça.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

Referência legislativa:

Art. 24-A da Lei Maria da Penha e art. 147 do Código Penal.

A vítima de violência doméstica deve ser ouvida para que se verifique a necessidade de prorrogação/concessão das medidas protetivas, ainda que extinta a punibilidade do autor.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 770 - 18 de abril de 2023. REsp 1.775.341-SP.](#)

A medida protetiva de urgência, que busca resguardar interesse individual da vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, tem natureza indisponível e poderá ser requerida pelo Ministério Público.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 788 - 26 de setembro de 2023. REsp 1.828.546-SP, Rel.](#)

A manifestação da ofendida sobre a revogação de medidas protetivas de urgência é irrelevante para a manutenção da prisão preventiva do acusado, pois a custódia cautelar, fundada na gravidade concreta da conduta, não está na esfera de disponibilidade da vítima de violência doméstica.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2023

A medida protetiva de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação: grupos reflexivos

Isael José Santana; Lisandra Moreira Martins

Publicado em: HAMMERSCHMIDT, Denise (coord.). Tratado dos direitos das mulheres = Treatise of women rights. 3. ed. rev., atual. e ampl.. Curitiba: Juruá, 2023, p. 193-201.

Localização: STJ, CLDF, TST, CAM



ARTIGOS DE REVISTAS

2022

Repercussões trabalhistas da Lei Maria da Penha: a medida protetiva de afastamento do trabalho e a competência da Justiça do trabalho

Marcela Casanova Viana Arena; Priscila Venzke Mielke; litberê de Oliveira Castellano Rodrigues

Revista Magister de direito do trabalho, v. 18, n. 107, p. 105-117, mar./abr. 2022.

2017

Interfaces necessárias entre profissionais das varas de violência doméstica e de família: a reeducação do agressor como medida protetiva de urgência na proteção da mulher vítima de violência doméstica psicológica

Artenira da Silva e Silva; Gabriella Sousa da Silva Barbosa

Revista IBDFAM: família e sucessões, n. 22, p. 115-136, jul./ago. 2017.

[Texto de acesso restrito](#)

2014

A efetividade de medida protetiva de urgência no âmbito da violência doméstica e familiar: o crime de desobediência

Jayme Weingartner Neto

Direito & justiça, v. 40, n. 2, p. 144-151, jul./dez. 2014.

[Texto de acesso aberto](#)

6.2.5 Pornografia e condutas sexuais ofensivas

A exposição pornográfica de imagem, sem o consentimento da vítima, viola os direitos da personalidade com propensão a configurar grave forma de violência de gênero.

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

Tipifica-se como “conduta escandalosa” o comportamento praticado por servidor público que, dolosamente, produz e armazena, sem consentimento, por meio de câmera escondida, vídeos de alunas, de servidoras e/ou de funcionárias terceirizadas, no ambiente de trabalho.

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

Referência legislativa:

Art. 132, V, parte final, da Lei n. 8.112/1990.



ARTIGOS DE REVISTAS

2023

Tipología criminal de las agresiones sexuales múltiples en España. Un estudio a partir del crime scripting

Maria José Rodriguez Mesa

Revista direito e sexualidade, v. 4, n. 1, p. 72–100, jan./jun. 2023.

[Texto de acesso aberto](#)



LIVROS

2022

Pornografia de vingança: remoção de conteúdos nas redes e modelos de resolução de conflitos

Camilla Tavares de Albuquerque

Dados da edição: Juruá, 2022.

Localização: STJ, STF, CLDF

2024

Crimes sexuais

Francini Imene Dias Ibrahín; Mariana da Silva Ferreira (organizadoras)

Dados da edição: Mizuno, 2024.

2023

Crimes sexuais e suas implicações na ordem social

Aline Pires de Souza Machado de Castilhos; Roberta Eggert Poll
Dados da edição: Habitus, 2023.

6.2.6 Pena de multa

A vedação constante do art. 17 da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) obsta a imposição, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de pena de multa isoladamente, ainda que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 - TEMA n. 1189).

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Repetitivos e IACs Anotados](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 779 - 20 de junho de 2023. REsp 2.049.327-RJ.](#)



ARTIGOS DE REVISTAS

2012

Pena alternativa e Lei Maria da Penha

Grecianny Carvalho Cordeiro

Boletim IBCCrim, v. 20, n. 233, p. 7-8, abr. 2012.

Localização: STJ, STF



LIVROS

2011

Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista

Carmen Lúcia Campos

Dados da edição: Lumen Juris, 2011.

Localização: STJ, SEN, TJDF

6.3 Estupro de vulnerável

Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com menina menor de 14 anos, assim, as questões atinentes ao consentimento da menor, a eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre agressor e vítima não afastam a ocorrência do crime.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Súmula Anotada n. 593](#)

[STJ - Repetitivos e IACs Anotados](#)

[STJ - Pesquisa Pronta](#)

[STJ - Pesquisa Pronta](#)

EDIÇÃO N. 151, publicado em 26 de junho de 2020. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 568 - 3 a 16 de setembro de 2015.](#)

Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menina menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável, independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, assim não é possível a desclassificação para o delito de importunação sexual.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Repetitivos e IACs Anotados](#)

[STJ - Pesquisa Pronta](#)

EDIÇÃO N. 152, publicado em 10 de julho de 2020. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 740 - 13 de junho de 2022. REsp 1.959.697-SC.](#)



CAPÍTULOS DE LIVROS

2023

Estupro de vulnerável: condenação por meio da palavra da vítima como único meio de prova

Ingrid Dias Barros

Publicado em: LIMA, Simone Alvarez (org.). *Visões prospectivas do direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023, v. 1, p. 67–85.

2023

Estupro de vulnerável: a competência dos juizados da violência doméstica como expressão da proteção integral de crianças e adolescentes

Adriana Alves dos Santos Cruz

Publicado em: BORGES, Ademar; VERANO, Cristiano; SICILIANO, Benedito (org.). *Homenagem ao ministro Rogerio Schietti: 10 anos de STJ*. Ribeirão Preto: Migalhas, 2023, p. 30–41.

Localização: STJ

6.4 Dosimetria

A aplicação da agravante prevista no art. 61, II, f, do Código Penal, de modo conjunto com outras disposições da Lei n. 11.340/2006 não acarreta *bis in idem*, pois a Lei Maria da Penha visou recrudescer o tratamento dado para a violência doméstica e familiar contra a mulher.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

A imputação simultânea das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar não caracteriza *bis in idem*.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Pesquisa Pronta](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 625 - 1º de junho de 2018. HC 433.898-RS.](#)

Referência legislativa:

Art. 121, § 2º, I e VI, do CP.

A aplicação da agravante prevista no art. 61, II, “f”, do Código Penal em condenação pelo delito de lesão corporal no contexto de violência doméstica (art. 129, § 9º, do CP), por si só, não configura *bis in idem*.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



EDIÇÃO N. 211, publicado em 20 de abril de 2023. (JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 775 - 23 de maio de 2023. AgRg no REsp 1.998.980-GO.](#)

A qualificadora do feminicídio, art. 121, § 2º-A, II, do Código Penal, deve incidir nos casos em que o delito é praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar por possuir natureza de ordem objetiva, o que dispensa a análise do *animus* do agente.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 625 - 1º de junho de 2018. HC 433.898-RS.](#)

É inviável o afastamento da qualificadora do feminicídio pelo Tribunal do Júri mediante análise de aspectos subjetivos da motivação do crime, dada a natureza objetiva da qualificadora, ligada à condição de sexo feminino.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

Não há *bis in idem* pela incidência da agravante do art. 61, II, “e”, do Código Penal - que tutela o dever de cuidado nas relações familiares -, e a qualificadora do feminicídio.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

Referência legislativa:

Art. 61, II, “e”, do Código Penal

O ciúme é fundamento apto a exasperar a pena-base, pois é de especial reprovabilidade em situações de violência de gênero, por reforçar as estruturas de dominação masculina.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência Edição Extraordinária n. 4 - 31 de janeiro de 2022. RHC 136.911-MT.](#)

No contexto de violência doméstica contra a mulher, é possível a exasperação da pena-base quando a intensidade da violência perpetrada contra a vítima extrapolar a normalidade característica do tipo penal.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

A prática de crime em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando vigente medida protetiva de urgência deferida em favor da vítima, autoriza a exasperação da pena-base.

(JT Ed. 211) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



LIVROS

2023

Dosimetria da pena: em uma análise aprofundada da legislação penal brasileira e da jurisprudência dos tribunais superiores

Rafael Zanferdini Gondim

Dados da edição: Mizuno, 2023.

6.5 Execução penal

A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. (Súmula n. 588/STJ)

(JT Ed. 209) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Súmula Anotada n. 588](#)

EDIÇÃO N. 41, publicado em 16 de setembro de 2015. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 506 - 4 a 17 de outubro de 2012.](#)

É possível substituir a pena privativa de liberdade, em regime fechado ou semiaberto, por prisão domiciliar para as presas gestantes ou mães de menor ou de pessoa com deficiência, durante a execução provisória ou definitiva da pena.

(JT Ed. 210) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 728 - 14 de março de 2022. RHC 145.931-MG.](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 647 - 24 de maio de 2019. HC 487.763-SP.](#)

A concessão de prisão domiciliar à mulher com filho de até 12 anos incompletos não está condicionada à comprovação da imprescindibilidade de cuidados maternos, que é legalmente presumida.

(JT Ed. 210)STJ - Jurisprudência em Teses



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 742 - 27 de junho de 2022. AgRg no HC 731.648-SC.](#)

Referência legislativa:

Art. 318, V, do CPP.

É possível o indeferimento da prisão domiciliar às presas gestantes, mães de menor ou responsáveis por pessoa com deficiência, após juízo de ponderação entre o direito à segurança pública e a aplicação dos princípios da proteção integral da criança e da pessoa com deficiência.

(JT Ed. 210)STJ - Jurisprudência em Teses



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 765 - 7 de março de 2023. AgRg no HC 798.551-PR.](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 733 - 25 de abril de 2022. AgRg no HC 712.258-SP.](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 728 - 14 de março de 2022. RHC 145.931-MG.](#)

É possível substituir a prisão civil de devedora de alimentos em regime fechado por prisão domiciliar, pois a restrição de liberdade deve compatibilizar a necessidade de obter recursos financeiros para quitar a dívida alimentar em relação ao credor e a de suprir as necessidades básicas do outro filho, menor de 12 anos, sob sua guarda.

(JT Ed. 210) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 763 - 14 de fevereiro de 2023. Processo em segredo de justiça.](#)

O afastamento da prisão domiciliar para mulher gestante ou mãe de filho menor de 12 anos exige fundamentação idônea e casuística, independentemente de comprovação de indispensabilidade da sua presença para prestar cuidados ao filho.

(JT Ed. 231) [STJ - Jurisprudência em Teses](#)



[STJ - Pesquisa Pronta](#)

EDIÇÃO N. 210, publicado em 04 de abril de 2023. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

EDIÇÃO N. 210, publicado em 04 de abril de 2023. [STJ - Jurisprudência em Teses](#)

[STJ - Informativo de Jurisprudência n. 780 - 27 de junho de 2023. AgRg no HC 805.493-SC.](#)

Referência legislativa:

Art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, inserido pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016).



ARTIGOS DE REVISTAS

2018

A percepção do condenado sobre a violência contra a mulher: a dominação na cultura de gênero

Iara Rabelo de Souza; Julia Maurmann Ximenes

Revista brasileira de ciências criminais, v. 26, n. 146, p. 241-271, ago. 2018.

Localização: STJ, STF, SEN, TJDFT, STM



LIVROS

2023

Processo penal

Válter Kenji Ishida

Dados da edição: Thoth, 2023.

Localização: STJ

2011

A Lei Maria da Penha: aspectos criminológicos, de política criminal e do procedimento penal

Isaac Sabbá Guimarães; Rômulo de Andrade Moreira

Dados da edição: Juruá, 2011.

Localização: STJ, TJDFT, CAM

